

Tradução de: MARSHALL, A. The Perversion of Economic History: A Reply. **The Economic Journal**, Vol. 2, No. 7 (Sep., 1892), pp. 597-519.¹

O desvirtuamento da história econômica: uma réplica

As sugestões do Dr. Cunningham sobre como os primeiros capítulos do meu *Princípios* foram escritos não estão bem fundamentadas. Certa vez me propus a escrever um tratado de história econômica e por muitos anos recolhi materiais para isso. Posteriormente, selecionei uma parte deles que ajudava a explicar porque muitas das atuais condições e problemas da indústria surgiram apenas recentemente,² e trabalhei o assunto nos capítulos em questão. Porém, eles tomaram muito mais espaço do que lhes fora destinado. Então eu os reformulei e condensei; e no processo perderam, sem dúvida, alguma clareza e minuciosidade. Nada foi mantido que não fosse utilizado depois. Esses dois capítulos são uma mera introdução; eles não têm a pretensão de ser uma história: mas não foram escritos sem a devida consideração daqueles simples e bem conhecidos “fatos reais”, os quais o Dr. Cunningham acredita que negligencie.

O Dr. Cunningham está errado em supor que meu livro se baseia no “pressuposto subjacente... [de que] as mesmas motivações têm atuado em todas as épocas e produziram resultados semelhantes... e que as mesmas leis sempre valem”. Pelo contrário, o capítulo sobre O crescimento da ciência econômica (*The Growth of Economic Science*) insiste que os economistas modernos estão aprendendo com a biologia “que se o objeto de uma ciência passa por diferentes estágios de desenvolvimento, as leis de um estágio raramente se aplicarão sem modificação a outros”;³ e minha definição de lei econômica ou qualquer outra lei social é “uma afirmação de que se pode esperar certo curso de ação sob certas circunstâncias de membros de um grupo social”.⁴ Para ilustrar, insiste-se que “extrair da história sua verdadeira lição sobre o assunto [da posse da terra] requer a análise dos efeitos da posse comum da terra no passado, assim como descobrir em que medida cada um deles sempre age na mesma direção; em que medida foram alterados por mudanças de hábitos, pelo conhecimento, pela riqueza e pela organização social da humanidade”.⁵ O volume inteiro está de fato preocupado em mostrar como causas similares atuando sobre pessoas em diferentes circunstâncias produzem mais ou menos

¹ [N. do T.]: Agradecemos a valiosa contribuição de Lincoln Frias.

² Considero que o maior desses problemas é “se é realmente impossível que tudo deveria começar no mundo com uma oportunidade justa de levar uma vida culta, livre das dores da pobreza e da influência estagnante do excessivo trabalho mecânico” (p.3).

³ *Principles*, Livro 1, cap.iv. §7. Ver também *Present Position of Economics*, §§3-7.

⁴ Extraído do capítulo sobre Métodos de estudo, p.83 da segunda edição. Estou escrevendo na Suíça e não tenho condições de fornecer as referências da primeira edição.

⁵ p.87, nota de rodapé.

efeitos divergentes. O principal motivo desse argumento é o oposto do indicado pelo Dr. Cunningham.⁶

O Dr. Cunningham interpretou mal o que eu disse em relação à teoria clássica da renda aplicada à posse da terra na Idade Média. Segundo ele eu disse que “ela [a teoria da renda de Ricardo] gradualmente produzirá um solvente que explicará muito do que hoje é incompreensível na história econômica medieval”. Mas o que eu realmente digo é (*Present Position*, p. 50): “somos capazes de escrutinar os fatos da Índia moderna; e acredito que nossa ciência, ao trabalhar sobre esses fatos, gradualmente produzirá um solvente que explicará”, etc.; e ainda (p.48), “a ciência econômica fez muito e acredito que fará ainda mais aplicando a observação contemporânea do Oriente para explicar o passado econômico”.⁷ Essas frases indicam o sentido do argumento nas cinco páginas ao final das quais aparecem as palavras citadas pelo Dr. Cunningham. Apresentar-me, portanto, defendendo “que quando possuímos a teoria da renda de Ricardo, conhecemos o funcionamento interno da determinação da renda em todas as épocas” é como se um engenheiro dissesse que o carvão nas minas gasosas deve ser quebrado por obturadores de cal expandidos por água e um crítico dissesse que sua sugestão era fazê-lo com meros jatos d'água.⁸

Ousarei abusar da paciência do leitor ao explicar minha posição ainda mais completamente. Considerei por muito tempo visões algo extremas, comuns na literatura histórica, como a dos hábitos de pensamento e ação das classes rurais em tempos primitivos. Pensava que a oscilação dos costumes era então praticamente absoluta em muitas relações da vida. Olhava para os fatos do costume como geralmente definitivos e impossíveis de serem analisados e explicados. Não me distanciei muito dessa posição e continuo a achar que isso é, em grande medida, verdadeiro. Porém, ultimamente, alguns historiadores do período medieval atribuíram ao costume um escopo mais estreito e uma maior maleabilidade do que antes.⁹ Acredito que esse movimento poderia ser facilmente levado longe demais; porém se

⁶ O Dr. Cunningham nos remete a um artigo em que sustenta que a “economia não é uma ciência de ‘causa’ e efeito, mas uma ciência pura como a lógica e a geometria, na qual essa concepção de ‘causa’ não é apropriada”. Defendo que, pelo contrário, a economia é uma ciência semelhante à biologia e não à lógica; e que a concepção de causa e efeito lhe é apropriada. Não há, portanto, um terreno comum para a discussão de quais *deveriam* ser os métodos da economia e me limito a observar que ele está errado em relação a qual é o meu método.

⁷ Ver também a segunda metade de *Principles*, I,ii, §2.

⁸ Num artigo sobre *O que nossos antepassados entendiam por Renda?* publicado na *Lippincott's Magazine* de fevereiro de 1890, o Dr. Cunningham faz uma crítica semelhante baseada numa citação equivocada ao dizer que “aqueles que sustentam que a teoria de Ricardo pode ajudar a fornecer ‘um solvente que explicará muito do que é incompreensível na história econômica medieval’, parecem tomar como dado que as rendas medieval e moderna eram muito semelhantes”. E em seu discurso presidencial para a seção F da Associação Britânica em 1891, ele remeteu sua audiência àquele artigo sugerindo que o que eu disse sobre o assunto “significava um tipo de espiritualidade científica” e que eu estava “fazendo uma piada”.

⁹ Entre os exemplos mais recentes dessa tendência estão *Villainage in England*, do Prof. Vinogradoff, e a Introdução do Prof. Ashley à *Origin of Property in Land*, de M. Coulanges.

feito adequadamente e buscado com cuidado e moderação, pode acrescentar muito ao nosso conhecimento. O principal objetivo do pouco que disse sobre o assunto foi dar uma sugestão que esperaria poder ser aproveitada por aqueles cujo conhecimento de história medieval é maior do que o meu e desejam tanto quanto possível encontrar nas raízes da natureza humana as causas que fizeram sucessivos costumes crescerem, mudarem e decaírem sob variadas circunstâncias de tempo e lugar, e com o incessante desenvolvimento das condições sociais e políticas, do comércio e da arte da produção.

Meu ponto de partida foram os ensinamentos de Sir Henry Maine e de outros segundo os quais, uma vez que pessoas criadas sob a influência do costume têm hábitos mentais *diferentes* dos nossos, elas são, por essa mesma razão, capazes de se convencer que estão aderindo ao costume, quando estão, na verdade, modificando-o. Elas adotam maneiras diversas das nossas de atingir seus objetivos e não chegam perto de estarem conscientes do que estão fazendo. Porém, acredito que o desejo de fazer o que é melhor para si raramente esteja totalmente ausente da natureza humana. Hábito e prescrição, de fato, impedem muitos tipos de ação individual original de serem pensados e proíbem outros: mas sempre resta uma margem para debate na qual uma personalidade inovadora pode se afirmar. Aqueles que conhecem melhor os distritos rurais da Inglaterra, ou partes do Continente, ou da Índia, nos quais o tom medieval perdurou mais, reconhecem plenamente como, sob uma superfície quase paralisada, pode haver muitos casos de busca de ganho privado; e contam histórias pitorescas de instrumentos dissimulados para obter o máximo de seus vizinhos mesmo nos mais pacatos cantos do mundo. A calma fornece tempo e oportunidade para manobras elaboradas em pequenas questões.

Afirmar isso é consistente com a crença de que em tempos e lugares antigos há muitos direitos e deveres que, pelo menos temporariamente, são fixados tão rigidamente pelo costume como poderiam ser por uma lei moderna ou um contrato feito num pergaminho selado. As primeiras posses de terra "dependem de entendimentos gerais", e, na medida em que são capazes de serem expressas na moderna linguagem dos negócios, geralmente querem dizer que "a propriedade da terra está investida não num indivíduo, mas numa firma, na qual um membro, ou membros, é o sócio capitalista e outro membro ou grupo... é o sócio gerente... Quando o sócio capitalista é restringido por lei, ou costume com força de lei, de demitir o cultivador por um aumento de pagamento arbitrário exigido por ele ou por qualquer outro meio... o pagamento feito pelo sócio gerente não é de modo algum

uma renda, mas quantia fixa ou parte dos recursos que a constituição da firma o obriga a pagar".¹⁰

Então, se todas as condições da vida social permanecem estacionárias e livres de perturbações externas, a distribuição entre os sócios pode permanecer por muito tempo como independente da teoria da renda, assim como a divisão de lucros entre portadores de debêntures e acionistas de uma ferrovia moderna da teoria dos monopólios. Mas de fato o costume é mais ou menos maleável e a teoria da renda geralmente fornece o limite máximo para as exigências que podem ser forçadas sobre o real cultivador por um proprietário superior, que está numa posição mais forte, e não efetivamente controlado pelo proprietário supremo, o governante da terra. Quando esse limite está longe de ser alcançado, um aumento arbitrário de deveres de fato é simplesmente uma taxa; enquanto autoridades inglesas, que exercem o pleno poder num sentido de dever em relação às pessoas, quando têm que fixar "rendas" num novo distrito no Norte, ou numa revisão periódica no Sul, são conscientemente guiados por tais considerações, conforme discutido nos livros-texto de Economia sob os títulos de "Renda" e "Tributação".¹¹ Muitos dos proprietários de terra nativos, por outro lado, como os da Europa medieval, não fazem análise formal: mas às vezes alguns deles têm que considerar se as necessidades dos posseiros, com seus hábitos, produzem um excedente a partir do qual poderiam (com pressão suficiente) atender maiores reivindicações, diretas ou indiretas. E sempre que é esse o caso oferecem exemplos inconscientes da lei da renda; tal como o craque de críquete escorregando para pegar a bola ou o marinheiro trazendo sua embarcação precisamente para sua boia o fazem com as leis da mecânica.

Mas há uma dificuldade. Quanto mais primitivo o povo, mais lentas e delicadas, menos indiscretas e mais "subterrâneas" são as correntes de mudança. Elas não se impõem nos registros dos tempos longínquos e nem sempre podem ser trazidas à luz sem uma pista para encontrá-las. O geólogo estuda as águas subterrâneas de seu país no próprio local. Ele analisa suas causas e descobre as condições mecânicas e químicas pelas quais seus caminhos foram traçados. Equipado com sua experiência bem fundamentada, ele chega com grande vantagem às obscuras questões apresentadas pelos poucos registros de viajantes num novo país, quando mencionam

¹⁰ Extraído da primeira seção do meu capítulo sobre o Posse da Terra. A imagem da Inglaterra Medieval que tinha antes em minha mente quando escrevia esse capítulo se assemelha em linhas gerais à apresentada pelo Prof. Vinogradoff no fascinante *Villainage in England*. De fato aprendi alguma coisa ouvindo seu vasto conhecimento e compreensão profunda justamente na época em que estava mais interessado no desenrolar da experiência indiana com arrendamentos medievais. Estava então ensinando cadetes indianos em Oxford, como fez Richard Jones em Haileybury. O livro de Jones foi um dos primeiros de economia com que me deparei, e sua sugestiva comparação entre os arrendamentos medievais e indianos, em boa medida, deu a direção da minha leitura subsequente.

¹¹ Compare com uma nota de rodapé no capítulo sobre o Posse da terra (p.685 da 2ª edição do meu *Princípios*). Alguns aspectos da questão foram apresentados antes aos leitores desta publicação em setembro passado no interessante artigo do Sr. Goodrich, *Land Revenue in Madras*.

lagos sem saída e rios brotando do chão. Assim minha única sugestão é que o historiador econômico deve, do mesmo modo, explorar os costumes contemporâneos no local, e, auxiliado também pela análise moderna, usar seu conhecimento para guiá-lo na busca pelos poucos registros dos costumes medievais por meio de canais subterrâneos de mudança: podemos examinar e escrutinar os vivos, mas não os mortos. Se a sugestão é proveitosa, só o tempo pode dizer. Mas claramente não tem o mesmo sentido que o Dr. Cunningham supôs ter quando uma e outra vez omitiu como se não existissem as palavras do meio da frase que citou.¹²

A confusão entre o objetivo e a substância do que eu disse sobre a renda é, contudo, apenas uma consequência parcial de sua leitura apressada. Algum mal-entendido deve ter sido causado quase necessariamente pelo fato de que os ensinamentos de Ricardo sobre a renda não parecem ter para ele o mesmo significado geral que têm para mim. Pois os vejo contendo um princípio de vida aplicável, com as modificações apropriadas, à renda derivada de quase todo tipo de Vantagem Diferencial na produção; e aplicável ainda para quase todo tipo de direitos de propriedade, deveres e liberdade de ação, sejam direitos estabelecidos pela lei ou pelo costume: enquanto ele os vê como aplicáveis apenas sobre as rendas das fazendas das quais “todo o cereal é levado para um mercado”.¹³

Inicialmente, embora a questão não tenha tanta importância, parece duvidoso que, no campo da história, esse caso particular sequer tenha ocorrido a Ricardo, pois havia pouca correspondência com as circunstâncias em que viveu. Mesmo atualmente, quando a maquinaria moderna centralizou o comércio de moagem, quando os fazendeiros pedem para que suas contas sejam avaliadas para o imposto de renda sob a tabela D (em vez de B), elas são em boa medida complicadas pelo consumo doméstico da produção agrícola. Na época de Ricardo, o cereal era geralmente levado para moinhos locais e boa parte dele consumida pelas classes agrícolas, uma parcela significativa de toda colheita do país nem era

¹² Alguns pontos em que a experiência indiana parece sugestiva são: i. os modos pelos quais os costumes podem ser evitados sem serem abertamente quebrados; ii. a verdadeira imprecisão e elasticidade de alguns tipos de direitos consuetudinários que, a primeira vista, parecem definidos e rígidos; iii. a tendência, mesmo entre observadores bem-informados, de dar pouca atenção às exceções à regra de que dívidas e outros pagamentos sejam fixados por costume; embora quando solicitados para enumerar os casos que realmente estão em conformidade com a regra, eles descobrem que, no agregado, são menos importantes do que aqueles que não estão em conformidade com ela; iv. a ampla área atingida no curso de poucas gerações por causas que forçosamente perturbam as condições econômicas e sociais, como fome, epidemia, guerra, comoção social, a migração de tribunais, a ascensão e queda ou mudança de domicílio de famílias influentes, a migração de indústrias, etc. (na Índia, inundações e mudanças nos leitos dos rios também são importantes); v. as muitas maneiras com que mudanças como essas tornam inaplicáveis velhos costumes e privam direitos tradicionais de seu sentido mais exato; e vi. a velocidade com que esses distúrbios são esquecidos e novos costumes adquirem prestígio; embora, evidentemente, a natureza repare suas devastações, sejam físicas ou morais, menos rapidamente num clima temperado do que num tropical.

¹³ Em seu artigo na *Lippincott*, ele afirma que a lei de Ricardo “pressupõe que o produto da terra seja levado ao mercado”, a palavra “um” foi omitida.

levada ao mercado. E o mesmo valia, embora em menor grau, para o carneiro, o algodão e outras coisas.

Mesmo que esse caso particular nunca tenha ocorrido a Ricardo, parece-me muito claro que ele não limitou seu raciocínio a isso. O que ele fez (pois é muito mais simples e fácil, embora não a única possibilidade) foi considerar o valor da produção *que teria sido alcançado se toda ela tivesse sido levada para o mesmo mercado*. Contudo, esse método de cálculo é consistente com um uso extenso e elástico daqueles princípios gerais dos quais o caso referido pelo Dr. Cunnigham nada mais é do que um caso especial.¹⁴

Acreditar que a teoria clássica da renda está atada àquele caso, penso eu, nunca foi cogitado pelos que sustentam que os princípios de análise de Ricardo, apesar de não completamente desenvolvidos atualmente, e apesar de inadequados dada a dificuldade das questões com as quais têm que lidar, já fez muito e ainda fará mais daqui em diante para nos ajudar a entender os fatos econômicos. Se por meus próprios caminhos, por um lado, descobri como o escopo geral da teoria deve ser estendido, tenho me esforçado, por outro lado, com não menos cuidado, para mostrar como é inaplicável a teoria tomada ao pé da letra mesmo nos casos das chamadas rendas de competição (*competition rents*) na Inglaterra moderna, a menos que seja considerada uma grande variedade de questões secundárias e modificações delicadas e intrincadas.

Em comparação com essa diferença de opinião sobre a importância geral dos ensinamentos de Ricardo em relação à Renda, é uma questão de pequena importância que eu seja incapaz de acompanhar o Dr. Cunnigham em sua aplicação a problemas particulares. Ele diz que, segundo Ricardo, a reduzida área de plantio de cereal na era Tudor deveria ser sincronizada com uma queda, e não com um aumento, das rendas monetárias (*money rents*). Sustento que, ao contrário, os ensinamentos de Ricardo mostram, primeiro, que o influxo de prata na era Tudor teria causado um aumento nas rendas monetárias, embora outras causas possam ter contribuído para baixar ligeiramente as rendas reais. Segundo, que uma diminuição da área de plantio de cereal poderia ter diversas causas; para algumas delas o resultado seria um aumento, para outras, uma queda nas rendas reais. E, terceiro, que a causa particular mais importante à época, a saber, um desvio de terra do plantio de cereal para atender à nova demanda por algodão, produziria um duplo aumento nas

¹⁴ O termo "agricultura de subsistência" comporta vários sentidos: defendo que em alguns a teoria é diretamente aplicável, em outros não. Mesmo quando apenas pequena parte da produção é levada ao mercado, e que não há verdadeiro preço de mercado, os princípios gerais da análise ricardiana podem frequentemente ser aplicados sem usar o termo "preço de mercado". Mas em alguns casos, especialmente aqueles nos quais os termos da sociedade entre diferentes proprietários de terra são "fixos e inalteráveis, a teoria da renda tem pouca aplicação direta", como disse antes.

rendas reais, pois seria necessário um cultivo mais intensivo e, então, diminuir o retorno da quantidade marginal de trabalho e capital e, portanto, aumentar o valor de cada quarto de cereal; e isso, por sua vez, permitiria que uma quantidade menor de cereal fosse suficiente para remunerar o fazendeiro por qualquer outra quantidade de trabalho e capital; e, portanto, um maior excedente-cereal, ou renda-cereal, permaneceria para o proprietário da terra.¹⁵ Acredito que esse raciocínio é um exemplo bem conhecido do conjunto de doutrinas que os economistas têm em mente quando falam dos ensinamentos característicos de Ricardo sobre a renda.

Passarei agora a tratar de questões menores apontadas pelo Dr. Cunningham e as tomarei em ordem.

1. Nos grandes impérios e nas elevadas civilizações de Atenas e Roma, o mecanismo do comércio era evidentemente muito desenvolvido; mas a frase que descreve como os gregos falharam ao não antecipar problemas econômicos modernos refere-se especialmente aos problemas mencionados no início deste trabalho, os quais dizem respeito mais à vida dos trabalhadores do que ao mecanismo do comércio.¹⁶

Em relação ao caráter dos romanos nos negócios, afirmo na segunda edição: “eles eram fortes e ousados, firmes de propósito e contavam com abundantes recursos: tinham em constante uso as faculdades requeridas para empreender negócios, embora em regra preferissem lidar com guerra e política. Extraordinariamente livres das restrições do costume, moldaram sua própria vida a partir de uma escolha deliberada nunca vista anteriormente: de fato, como consequência parcial da unidade do poder imperial e da ampla difusão da língua romana, havia em alguns aspectos importantes mais liberdade de comércio e movimento por todo o mundo civilizado na época do Império Romano do que atualmente”.¹⁷ As últimas linhas indicam suficientemente para os propósitos deste

¹⁵ Assim, o aumento da renda monetária esperado pela teoria de Ricardo, como a defendo, é tríplice. E sempre achei que o que precisa de explicação na história da renda nesse período não é o fato de que algumas delas aumentaram muito, mas o fato de que outras não aumentaram tanto. Há bastante coisa escrita sobre esse último fato, mas tenho dúvidas se já conhecemos todas as suas causas.

¹⁶ Diz assim, “os gregos eram mais modernos em muitos aspectos do que os povos da Europa medieval, e em alguns deles eram mesmo mais avançados do que nossa própria época. Mas não alcançaram a concepção do ser humano como ser humano; viam a escravidão como uma ordem natural; toleravam a agricultura, mas enxergavam todas as outras indústrias envolvidas em degradação; e problemas econômicos modernos eram desconhecidos para eles”. *Principles*, p.18. A mesma frase, entretanto, apareceu na p.16, apenas com uma breve indicação no parágrafo anterior de que havia uma referência especial a “Métodos da Indústria”.

¹⁷ P.20. Na primeira edição, o meio da passagem era um pouco diferente e falava da retirada dos negócios por parte dos romanos mais importantes sob o Império. Tinha consciência de que isso poderia levar uma questão controversa; e, na medida em que não era essencial para o meu propósito, eu a amenizei. Mas penso que era verdadeira como estava. A riqueza individual dos romanos sempre foi notável; somente foi ultrapassada recentemente na Inglaterra e nos Estados Unidos, e como não havia bolsa de valores naquele tempo, um homem rico não poderia manter facilmente sua riqueza sem ter algum tipo de participação em sua gestão. Boa parte disso teve sua origem na administração das províncias; foi cavada com a espada e não com a pá. Senadores eram “na realidade assim como na lei” restritos à agricultura e negócios afins, entre os quais estavam os relacionados a pedra, tijolo, cal, cerâmica e assim por diante. Os Aequitas

capítulo em particular a existência de um mecanismo de comércio altamente organizado.

A ideia de que gregos e romanos eram quase modernos em questões econômicas como em outras não é novidade. Há muito tempo eu a estudei com um bocado de interesse e uma forte esperança de que poderia estar certo. Mas não pude encontrar o que queria pois, apesar de sua teoria e análise econômica serem frequentemente iluminadas por lampejos de brilhante perspicácia, e elevadas por uma percepção filosófica de que a riqueza não é um fim, mas um meio para a vida mais elevada do cidadão (totalmente livre), ainda assim não parecem isentos do mesmo tipo de fragilidade encontrada em sua ciência física. Considerei que isso não era realmente moderno, no que diz respeito ao método científico; e que o tom com que se falou daqueles que suportaram o fardo do trabalho industrial estava muito distante de nós.¹⁸

O poder da riqueza em Roma era enorme. A mais alta educação era ocasionalmente oferecida a escravos como uma questão de negócio. E havia algumas aparentes semelhanças entre as relações de trabalho e capital lá e na Inglaterra moderna, mas elas me parecem geralmente apenas superficiais e não reais. Isso pertence, entretanto, a uma classe de questões nas quais sempre haverá algumas diferenças de opinião e talvez eu devesse ter expressado a minha própria mais reservadamente. Acrescento que muito do *O poder escravo*, de Cairnes, deve ter sido extraído com pouca modificação de Mommsen; porém isso parece provar não que Roma se preocupava, mas que os Estados Escravistas não se preocupavam muito com os problemas econômicos modernos a que me referi especialmente.

2. Em relação às cidades livres medievais, não defendo as opiniões que o Dr. Cunningham me atribui e não posso imaginar porque supõe que eu as tenha.¹⁹

geralmente eram empreendedores e “espertos” em finanças e outros negócios. Mas mesmo eles deviam muito de sua riqueza à contratação de impostos e outros trabalhos políticos, enquanto – mais importante – os mais ricos entre eles eram os favoritos do Imperador. O comércio de Roma consistia de importações e quase nenhuma exportação; e tinha apenas semelhança parcial no que toca simplesmente ao maquinário, e quase nenhuma semelhança em relação às suas influências sobre o caráter das pessoas, como o comércio de Veneza, Florença e Bruges, baseado em manufaturas, do qual os cidadãos mais importantes tinham respeitável orgulho. Não tenho acesso à *History*, de Mommsen, no momento. Mas tenho certeza de que não veria as passagens a que o Dr. Cunningham se refere na p. 495 como inconsistentes com minhas opiniões sobre os negócios e a indústria romanos. Pois quando estava formando essas opiniões, eu sabia os capítulos econômicos de Mommsen quase de cor; e os li novamente quando escrevia a passagem em discussão.

¹⁸ Tivesse sido de outro modo, o pensamento clássico teria exercido maior influência para o bem sobre a economia medieval e a condição das classes industriais poderia ter sido muito melhor do que é. Ver *Principles*, I.iv, §1.

¹⁹ A frase que ele cita do meu *Elements* (onde, por sinal, a referência às cidades medievais está comprimida num curto parágrafo) não tem sentido sozinha. Suas primeiras palavras são, “Essa visão moderna”; que é explicada na frase anterior como a noção segundo a qual o “bem-estar das classes industriais... é um importante fim em si mesmo e não simplesmente uma condição importante da força política e militar”. Sua citação começa com a segunda palavra da frase.

3. Quanto ao terceiro ponto, sua crítica se dirige principalmente à palavra “ovelha” que ele introduziu numa citação de uma frase minha. O original diz: “assim a grande fazenda inglesa foi a precursora da fábrica inglesa da mesma maneira que o arqueiro inglês foi o precursor da habilidade do artesão inglês”. A fazenda inglesa não “introduz” a fábrica assim como o arqueiro não introduziu o trabalho artesanal: mas em ambos os casos, caráter e hábitos formados pelo sucesso numa ocupação levaram ao sucesso similar em outra.²⁰

4. Quanto ao quarto ponto, não tenho muito do que reclamar, pois devo ter omitido algumas palavras ou o copista cometido um deslize na frase que fala de todos os “escritores sobre dinheiro antes do século dezesseis”. Minha intenção não era fazer uma afirmação geral sobre todos os escritores daquela época até o início do mundo. Estava pensando principalmente naqueles que defenderam a política de cidades mercantis (*staple towns*). Embora possa não ser fácil descobrir o significado daquela frase, a anterior parece expressar claramente uma opinião inconsistente, e assim excludente, com o sentido particular sugerido pelo Dr. Cunningham.

5. Na nota de rodapé da p.42 dos *Princípios*, referi-me equivocadamente ao prof. Ochenkowski. Ele falou da “indústria mostrando-se sensível (*empfindlich*) quanto ao pleno gozo de sua liberdade, e em particular deixando os lugares em que usurpações foram feitas sob privilégios garantidos pelos reis (“*Rechte... welche durch die Könige den Städten gewährt wurden*”). Sua afirmação é bem explícita. Não há espaço para uma conjectura de que ele aludia à ação das Guildas e não havia necessidade de se referir aos *Rolls*²¹ para provar que não era. Contudo, infelizmente, fiz uma nota nesse trecho para ilustrar a mobilidade do trabalho na Idade Média, que acredito ter sido muito maior do que geralmente se supõe. De algum modo aquela nota ficou associada em minha mente com outra causa de tal migração, a saber, as excessivas regulações das Guildas. Em seguida, introduzi a referência sob esse título sem rever Ochenkowski. Foi um descuido totalmente repreensível.

Porém, as Guildas a que me referi eram as existentes à época, isto é, principalmente mercadores de Guilda que persistentemente e com maus resultados

²⁰ A frase anterior diz: - “no geral, as opiniões medievais quanto à relação entre o dinheiro e a riqueza nacional... devem ser vistas como confusas, mais pela falta de um entendimento claro sobre as funções do dinheiro do que por um erro resultante de uma suposição deliberada de que o aumento da riqueza líquida de uma nação pode ser conseguido apenas pelo aumento dos seus estoques de metais preciosos”. Com isso, tentei expressar o fato de que os primeiros escritores não analisavam as noções referidas de maneira moderna; e a frase seguinte, que o Dr. Cunningham cita, queria apenas qualificar isso ao dizer que suposições do tipo seriam necessárias para uma defesa lógica de algumas de suas palavras. Eu realmente tinha em minha mente as ações humanas em vez de suas palavras: mas a frase não diz isso e não posso defendê-la. Quando estava escrevendo esse capítulo coincidentemente estava lendo a última parte de *Entwicklung*, do Professor Ochenkowski, que contém opiniões sobre o contraste entre as visões medieval e mercantil em relação às importações e exportações de metais preciosos similares àquelas expressas pelo Dr. Cunningham (ver especialmente Ochenkowski, pp.211-3). Concordo com elas de maneira geral, mas não inteiramente.

²¹ [N. do T.]: referência aos *Hundred Rolls*, censo realizado na Inglaterra no final do século XIII.

regulavam a indústria e a mantinham sob regras estritas e artificiais.²² Eu estava falando de lugares onde indústrias “eram excessivamente reguladas pelas Guildas”; mas o Dr. Cunningham transformou “Guildas” em “Guildas de Artesãos” (*Craft-Gilds*), embora não haja referência na nota ou em qualquer outro lugar que se aproxime de Guildas de Artesãos. E novamente nesse caso sua crítica se volta principalmente sobre a palavra que ele mesmo inseriu em minha frase.

No geral, o Dr. Cunningham descobriu uma frase em que há um deslize, e que não é justificável, mesmo que seja inteligível; e também uma referência errada. Ademais, ele e eu divergimos quanto aos negócios romanos e outras questões. Mas, em linhas gerais, suas críticas supõem que defendo opiniões que de fato não defendo, e acredito que não as expressei, enquanto em muitos casos penso ter expressado claramente as opiniões contrárias. As críticas em seus trabalhos recentes fazem parte de uma série, todas com o mesmo propósito geral, que recentemente publicou.²³ A primeira estava num trabalho lido na Associação Britânica (*British Association*) em 1889, no qual representava minha atitude em relação ao corpo principal dos economistas da escola histórica como de antagonismo. Penso, de fato, que a necessidade mais urgente de nossa era é a investigação das condições econômicas contemporâneas, mas minha posição é, e sempre tem sido, de respeito e gratidão àqueles que, sem menosprezar o bom trabalho já realizado na análise científica, dedicaram suas vidas ao estudo da história econômica.

Assim suas tentativas de me interpretar para outras pessoas são quase tão impressionantes por seu engenho quanto por sua incorreção. Algumas delas podem ser lidas por economistas históricos estrangeiros e outros que não conhecem minhas posições em primeira mão; e o fato de que ele é um colega, e foi (como ele mesmo indicou) meu aluno, poderia razoavelmente sugerir para esses leitores que ele não poderia errar ao abordar meu ponto de vista por falar com toda a informação e me descrever precisamente. Por essas razões quebrei minha regra de não responder a críticas.

Essa quebra da minha regra me deixa mais ansioso para expressar meu pesar pela aparente falta de respeito e atenção que demonstrei em relação a outras críticas de meus *Princípios*. Muitas delas ganham tal força de sua substância e dos nomes que as escreveram, que eu certamente deveria tê-las respondido. Mas, no conjunto, não são muito menos volumosas do que o pesado Volume a que se referem: eu não trabalho rápido; e se tentasse respondê-las como gostaria, meu progresso com

²² O sr. Gross mostrou isso mais claramente do que antes. Ver especialmente as referências ao Vol. II de seu *Gild Merchant* apresentadas na nota 3, p.43 de seu Vol. I. Ele mostra (*ib.* p.114) que as guildas de artesãos (*craft-gilds*) existiram nos séculos XII e XIII.

²³ Referências aos artigos já foram feitas. São elas: *British Association* 1889 e 1891, *Lippincott*, Fev. 1890, *Economic Review*, Jan. 1892.

a redação do meu segundo Volume, que está lento, cessaria completamente. Assim qualquer reconhecimento que eu seja capaz de fazer aos meus críticos tem sido em atos em vez de palavras. Posso apenas expressar brevemente minha gratidão pela boa vontade, justiça e generosidade de interpretação daqueles que, no geral, condenaram o livro, assim como daqueles que, no geral, o aprovaram. Tenho tentado tirar proveito de suas advertências; e muitas das mudanças feitas na segunda edição devem-se às suas sugestões. A maioria dessas mudanças está na redação e questões de detalhe; modifiquei e tentei reforçar ou tornar mais claras passagens às quais foram feitas objeções. Mas em poucos casos as mudanças necessárias foram grandes. Em particular, a decisão de trazer de volta o estudo da Renda em relação ao Custo de Produção para o lugar originalmente pensado para ele na Teoria do Equilíbrio de Demanda e Oferta foi motivada pelo fato de eu não ter conseguido ser claro para dois economistas tão capazes, cuidadosos e críticos generosos como o Professor Pierson e o Professor Clark. A segunda mudança mais importante, a análise posterior da noção de Custo Marginal combinada com a Lei dos Retornos Crescentes, pareceu uma exigência feita por algumas sugestivas considerações do Professor Edgeworth e do Sr. Henry Cunynghame; e devo muito tanto às sugestões feitas em particular, quanto às publicadas, do ilustre Professor Wagner e do Professor Ashley, Professor Nicholson, Dr. Bonar e outros. A todos eles gostaria de expressar minha gratidão e meu lamento porque deve ter parecido que passei sem a devida atenção por considerações importantes para a discussão das quais não encontrei lugar no já sobrecarregado *Princípios* e as quais não fui capaz de reconhecer como é de costume em artigos especiais.

Alfred Marshall

Traduzido por Thiago Fontelas Rosado Gambi